

TRANSCRIÇÃO E ANÁLISE PALEOGRÁFICA: MANUSCRITOS ECLESIASTICOS DO SÉCULO XIX DA COLÔNIA ALEMÃ DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA¹

Carol Martins de Souza

Graduanda em Arquivologia pela Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: cms.1968@hotmail.com

Aline Carmes Krüger

Doutora em Museologia e Patrimônio. Professora do Departamento de Ciência da Informação da UFSC.

E-mail: aline.kruger@ufsc.br

Resumo: O artigo tem como objetivo transcrever e analisar por meio da paleografia dois manuscritos eclesiásticos do século XIX arquivados na Casa da Cultura do Município de São Pedro de Alcântara. Para o alcance desse objetivo foi utilizado o método comparativo documental, e as Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Manuscritos. A pesquisa bibliográfica, analisando os aspectos gráficos, materiais, complementares. Apresenta-se uma breve contextualização histórica da escrita, da Paleografia e sobre o local e época em que os manuscritos foram produzidos. São apresentados três manuscritos numerados por este autor, seguidos de suas transcrições e as análises. Foi preciso conhecer o contexto histórico em que o documento foi produzido. Conclui-se que esta pesquisa é de entendimento da paleografia e da história, contribuindo para o conjunto documental do acervo e escrita do período, recuperando e disseminando informações da Colônia Alemã no Estado de Santa Catarina.

Palavras-chave: Paleografia. Manuscritos. São Pedro de Alcântara.



¹ Membros da Banca: Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho, UFSC - e-mail: eliana.maria@ufsc.br; e Cristina Dallanora, UFSC - e-mail: dallanora.cristina@gmail.com; Orientadora responsável: Aline Carmes Krüger/UFSC (aline.kruger@ufsc.com.br).

1 INTRODUÇÃO

A história de uma sociedade pode ser conhecida por informações contidas nos documentos e também em artefatos, obras de arte, construções, registros fotográficos. Decifrar as informações escritas nos documentos muitas vezes é um desafio ao pesquisador que pode encontrar dificuldades na leitura de textos com terminologias e grafias já em desuso, prejudicando sua interpretação. Conforme Le Goff (1990) o documento, testemunho essencialmente escrito, possuía mais legitimidade por ser relacionado à “neutralidade”, o que o consolidou, inclusive, como prova jurídica ao longo dos tempos. Faz parte desse argumento a Arquivologia que estuda as funções, princípios e técnicas na produção, organização, guarda e preservação de documentos de arquivo. Para tentar superar essas dificuldades de leitura, existe uma técnica chamada Paleografia, que de acordo com Berwanger e Leal (2012, p.16) é o “estudo das características extrínsecas dos documentos manuscritos, para permitir a sua leitura e transcrição, além da determinação de sua data e origem”. Nesse contexto a Paleografia abrange a história da escrita, a evolução dos suportes, dos instrumentos para escrever, das nomenclaturas e grafias. Portanto, essa é uma técnica que possibilita novos olhares sobre a história, podendo desvendar fatos inéditos de documentos que até então não foram transcritos. Krüger (2014, p.212) menciona a importância da transcrição quando afirma que:

A prática de ler manuscritos antigos, denominada Paleografia, faz referência a épocas distantes, desde que começou a ser necessário registrar e documentar atos jurídicos e administrativos ou interpretar registros e documentos antigos, escritos em caracteres que se tornavam ilegíveis para o comum das pessoas.

Como demonstração da aplicabilidade e importância dessa técnica, o presente artigo propõe a transcrição e análise paleográfica de dois manuscritos do século XIX da primeira colônia alemã do Estado de Santa Catarina, São Pedro de Alcântara, custodiados na Casa da Cultura do município. Esses

dois manuscritos de um conjunto de oito, são documentos eclesiásticos, compostos por três páginas de papel almaço pautado, sendo uma folha simples e uma folha dupla: tratam de termos de compromisso, nos quais os cidadãos alcantarenses que não pertenciam à religião católica e sim à luterana, se comprometiam a conversão religiosa para serem aceitos legalmente na comunidade.

Os objetivos deste artigo são conceituar a Paleografia; identificar e contextualizar historicamente o conteúdo dos documentos; fazer a transcrição, edição e análise paleográfica dos documentos selecionados e analisar os documentos de acordo com os aspectos gráficos, materiais e complementares.

Inicialmente será apresentada uma breve narrativa sobre a história da escrita e da Paleografia. Seguida por uma contextualização histórica de São Pedro de Alcântara, visando melhor compreender as informações contidas nos documentos, e por último as transcrições e análises paleográficas.

Este artigo é o resultado de uma pesquisa bibliográfica, documental, qualitativa, analítica e descritiva, pois de acordo com Gil (2008, p.44) a pesquisa bibliográfica é “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Na pesquisa documental está relacionada à natureza das fontes, haja vista que “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2002, p.45). Ressalta-se que os manuscritos selecionados para esta investigação são originais e sem nenhum tratamento arquivístico, são inéditos.

Quanto à pesquisa qualitativa Gil (2002, p.133) afirma que ela “depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação”.

Na pesquisa analítica e descritiva porque analisa, compara e descreve os aspectos gráficos: o tipo de letra, o ângulo da escrita, a relação maiúsculo-minúscula, a distribuição das palavras, acentuação e pontuação; os aspectos materiais: suporte da escrita,

instrumento da escrita, tinta, dimensão; e os aspectos complementares: a época do documento, sua origem, localização em arquivo, relação original/cópia e autor/escrita.

Utilizado para a transcrição paleográfica as Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos, 1993; e o dicionário de Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX de Maria Helena Ochi Flexor, 2008.

2 A ESCRITA

A Paleografia estuda as transformações da escrita no decorrer do tempo. De acordo com Paes (2004, p.15) a escrita “é um conjunto de símbolos dos quais nos servimos para representar e fixar a linguagem falada”. Os primeiros símbolos escritos surgiram por volta de 4000 e 3000 anos a.C. entre os povos sumérios, acádios, egípcios e chineses.

De acordo com Flusser (2010, p.25) a origem da palavra “escrever” no latim é “scribere” que significa “riscar” e no grego é “graphein” que significa “gravar”. “Portanto, escrever era originalmente um gesto de fazer uma incisão sobre um objeto, para o qual se usava uma ferramenta cuneiforme.”

Uma das primeiras formas de escrita, a escrita cuneiforme, surgiu na Mesopotâmia cerca de 4000 anos a.C. e foi utilizada por povos do Oriente Próximo.

A origem do alfabeto não é precisa, mas a partir dos semitas surgiu o alfabeto fenício e o grego. Algumas características desse novo alfabeto são: a escrita literal (letras, não sílabas), não possuía vogais, escrita horizontal, da direita para a esquerda e possuía 22 símbolos ou letras. Os gregos por sua vez, após o contato com os fenícios, abandonam sua escrita (escrita silábica) por volta de 1200 anos a.C. De acordo com Samara (2010, p.43):

Os gregos puseram em uso um alfabeto representado tanto pelas consoantes, quanto pelas vogais, o que representou uma aportação significativa ao alfabeto fenício e a outros sistemas semíticos que, praticamente, não registravam as vogais.

O Latim (de onde surgiu nossa língua vernácula: o português) é originário da região do Lácio e sofreu influências etruscas e gregas. Disseminado pelo Império Romano, o Latim recebeu adaptações em cada região que aportava, surgindo novos dialetos e formas de escrita, criando novos idiomas chamados neolatinos como: português, francês, espanhol e italiano. Com o surgimento do Cristianismo, o latim se difundiu por todo o Ocidente, tornando-se a língua literária universal em obras científicas e filosóficas. Essa difusão é reforçada por Flusser (2010, p.32) que afirma:

Quando os romanos riscaram as placas de cera com seus buris, tratava-se para eles de fixar seus conceitos. Eles queriam documentar. E quando os monges copiavam árdua e cautelosamente uma letra sagrada depois da outra no pergaminho com suas penas de ganso, tratava-se para eles de devoção, de contemplar a divindade: erguer seu monumento.

Dentro da escrita latina também surgiram modificações com o passar do tempo, algumas delas foram: Escrita capital, Escrita uncial, Escrita semiuncial, Escrita cursiva, Escritas nacionais, Escrita gótica e a Escrita humanística, usada até os dias de hoje desde o século XVI.

Para que uma leitura e transcrição paleográfica sejam eficientes é necessário que o estudioso conheça além da língua escrita no documento, a língua e o vocabulário utilizados na época de sua produção. Assim como o tipo de material utilizado: o suporte, a tinta utilizada para escrever, o vocabulário, a grafia, abreviaturas, a caligrafia, divisão de palavras, pautação, numeração, pontuação e inclusive tentativas de adulteração e falsificação. (BERWANGER; LEAL 2012).

3 A PALEOGRAFIA

A palavra Paleografia de acordo com a etimologia grega significa: *paleos* (antiga) + *graphein* (escrita), compreendendo-se o estudo da escrita antiga, conforme Berwanger e Leal (2012, p. 16), que também a conceitua como sendo:

O estudo técnico de textos antigos, na sua forma exterior, que compreende o conhecimento dos materiais e instrumentos para escrever, a história da escrita e a evolução das letras, objetivando sua leitura e transcrição.

Dentro desse contexto, portanto, é importante ressaltar que a Paleografia pode auxiliar outras ciências além da História, como o Direito, a Filologia, a Linguística. A Paleografia se ocupa de manuscritos antigos sobre suportes moles como pergaminho, papel, tecidos e outros. No caso de suportes duros da escrita, outras ciências se ocuparão do estudo, como a Epigrafia para mármore, pedras, bronze, ladrilhos; a Numismática para medalhas, moedas e outros; a Sigilografia para selos de cera, de metal e outros e, por último a Papirologia, que estuda exclusivamente o papiro, antes objeto de estudo também da Paleografia. Recentemente, por volta da década de 1940, surgiu a Codicologia, priorizando o estudo de Códices, com o auxílio da Paleografia. (SAMARA, 2010).

O estudo da Paleografia começa no Século XVII, na Europa, após a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), quando surgem disputas de terras e heranças entre os senhores feudais e o clero, atingindo Alemanha, Itália, França e Inglaterra. Entre os documentos existentes em arquivos particulares e mosteiros, muitos foram classificados como falsos, dando origem a “Guerra Diplomática”. (BERWANGER; LEAL 2012).

Recebida como uma forte acusação contra a validade desses documentos, conservados em mosteiros beneditinos, um de seus membros, o monge beneditino francês D. Jean Mabillon (1632-1707) decidiu refutar tal acusação. Após seis anos

estudando um grande acervo de manuscritos e diplomas, em 1681, a obra *De re diplomática libri sex* é publicada e acolhida pela maioria dos eruditos e historiadores com grande admiração. Registra-se com essa obra o nascimento da Diplomática e da Paleografia, estabelecendo os princípios básicos da Diplomática, assim como uma classificação das escritas. (BERWANGER; LEAL 2012).

A Paleografia, portanto, é uma técnica que permite a leitura e transcrição de documentos manuscritos, visando auxiliar o trabalho do arquivista, do historiador, do bibliotecário, do pesquisador e muitos outros profissionais que necessitam das informações contidas nesses documentos, tanto para um fim comprobatório quanto histórico.

4 SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

A política imigratória no Brasil iniciou-se com D. João VI, para povoar as Províncias de São Pedro do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com a intenção de defender a fronteira sul do Império e criar uma classe média de homens livres e brancos, de preferência, agricultores que pudessem abastecer o mercado interno.

Fundada em 1º de março de 1829, a Colônia de São Pedro de Alcântara, foi a primeira colônia alemã estabelecida no Estado de Santa Catarina. Após a vinda de imigrantes açorianos, foram os alemães que chegaram para colonizar o Estado, apoiados por uma decisão política promovida por Dom João VI que pretendia promover a dilatação do Reino e instituir uma classe de pequenos proprietários rurais. Com a abertura dos portos do Brasil em Janeiro de 1808, muitos estrangeiros chegaram, vindos em sua maioria da Europa, resultando em um edital, criado pelo Príncipe Regente, permitindo a imigração de católicos não portugueses e a concessão de terras para trabalhar, chamadas sesmarias. Dentre os europeus, destacavam-se os alemães (todos os imigrantes de países que usavam o idioma alemão). Considerados com o perfil ideal para colonizar pequenas propriedades rurais e passando por

dificuldades em sua pátria natal, o imigrante alemão recebeu uma proposta do governo imperial português que criou uma política atraente e diferenciada, facilitando sua vinda para o Brasil. (JOCHEM, 1999).

De acordo com Jochem (1999), entretanto, admitiam-se apenas imigrantes que professavam o catolicismo romano e que se comprometiam a trazer junto com eles médico, farmacêutico e alguns religiosos, ficando o governo responsável pela construção da capela. Algum tempo depois, foi liberada a profissão religiosa e o exercício do culto (de outras religiões) dentro das colônias, mas restritas a sua realização dentro das residências. Quanto à educação escolar nada foi regulamentado, ficando essa responsabilidade para os próprios imigrantes.

Com o intuito de proteger a trilha de cargueiros que ligava o litoral, na freguesia de São José, fronteira com Desterro (Capital da Província) ao planalto serrano central (Vila de Lages) para defender a capital, o governo decidiu instalar duas colônias às margens do Caminho de Tropas, como se chamava a trilha, para inibir invasores estrangeiros, principalmente espanhóis e ataques indígenas. Para tanto, enviou junto com os imigrantes recém-chegados alguns soldados, ex-integrantes da Legião Alemã, pertencente à Tropa do Exército Imperial Brasileiro e do 27º Batalhão de Caçadores de Santa Catarina, ambos dissolvidos. Após cinco meses de percalços administrativos na Corte, entre o embarque no Rio de Janeiro (28 de outubro de 1828) e sua chegada a Desterro, os imigrantes começaram a se instalar no local destinado a criação da colônia, abrindo a estrada e construindo barracões provisórios para suas moradias. Inicia-se então a Colônia de São Pedro de Alcântara, com vinte famílias instaladas. (JOCHEM, 1999).

Durante os três séculos de dominação colonial, o catolicismo luso-brasileiro foi uma escolha e construção do Governo Imperial através de leis, e perdurou do período imperial até os dias atuais. No Brasil, após a chegada da Família Real no início do século XIX e a abertura dos portos, houve uma acentuada europeização não apenas comercial, trazendo viajantes,

aventureiros e cientistas, em sua maioria protestante. Induzida a uma nova situação a igreja católica no Brasil, escolhida como oficial pela coroa portuguesa via esse avanço como ameaça ao catolicismo soberano. Nesse momento, os protestantes sentiram-se coagidos frente às discriminações e posturas políticas que os qualificavam como marginais, não reconhecendo seu matrimônio e conseqüentemente o batismo de sua prole, assim como os profissionais da área da educação que foram proibidos de lecionar. (KLUG, 1998).

Apenas como registro da discriminação religiosa existente, segue abaixo partes da Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824):

Art. 5. A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fôrma alguma exterior do Templo.

Art. 95. Todos os que podem ser Eleitores, abeis para serem nomeados Deputados. Exceptuam-se

I. Os que não tiverem quatrocentos mil réis de renda liquida, na fôrma dos Arts. 92 e 94.

II. Os Estrangeiros naturalizados.

III. Os que não professarem a Religião do Estado.

O que se pode notar são indícios de um conflito entre as cúpulas religiosas e políticas, pois não havia um diálogo ecumênico, fato que não acontecia entre as bases, haja vista que todos eram imigrantes e passavam juntos por todos os reveses de uma mudança de país. Possuíam as mesmas condições, as mesmas dificuldades, receios e esperanças.

Em pesquisas realizadas pelo historiador Klug (1994, p.13) que resultaram na publicação do livro *Imigração e Luteranismo em Santa Catarina*, são ressaltadas a discriminação religiosa ao afirmar que:

[...] os dissidentes luteranos tiveram que sentir o quanto eram cidadãos de segunda categoria ao não

terem até 1861 seus matrimônios reconhecidos e ao não poderem sepultar, até o advento da República, seus mortos com os demais mortos do país.

Outro registro importante da pesquisa de Klug (1994, p.120) é a existência da Associação do Cemitério da Comunidade Alemã, única na região, que foi criada pelos alemães luteranos como solução para os enterramentos dos imigrantes, pois apesar de existir “um decreto determinando que o registro de óbitos de não católicos devia ser feito pelo escrivão de juízo de paz, em livro apropriado” e que em “todos os cemitérios públicos deveria haver um lugar separado para sepultamento de não católicos”, isso não pôs fim ao problema. O clero católico continuava a proibir o sepultamento de luteranos nos cemitérios da província. O objetivo dessa associação era a criação de um cemitério evangélico, que se concretizou com sua inauguração em 21 de fevereiro de 1869.

Mesmo com todas as dificuldades, muitos imigrantes permaneceram na Colônia, em sua maioria, apesar de um número expressivo de repatriamento. Como dito antes, entre eles muitos dos que aqui chegaram eram professores, cientistas, comerciantes e artesãos que contribuíram no desenvolvimento das colônias e da Província de Santa Catarina. Uma característica forte dos luteranos era a preocupação em construir primeiro uma escola, como prédio comunitário, que seria cedida aos cultos religiosos no final de semana, pois era necessária a alfabetização da comunidade para manter viva sua religião por meio das leituras do Hinário, do estudo do catecismo e da Bíblia. (KLUG, 1994).

Entretanto, a diferença de crenças falou mais alto que o desenvolvimento cultural e econômico dos habitantes locais. Conforme alega Klug (1994, p.66-67):

[...] é notória, a participação de professores alemães no contexto educacional da cidade Desterro. [...] o Liceu de Santa Catarina era um dos melhores Liceus provinciais do Brasil, no entanto, os mestres alemães que nele lecionavam

foram substituídos em 1858, devido a intrigas políticas. [...] A causa principal desta oposição, estava no fato deles serem protestantes, o que foi julgado como sendo “perigoso para a juventude”. Pelo fato de serem eles luteranos, muito provavelmente algumas autoridades temiam a difusão de doutrinas “heréticas” ou vergavam sob a pressão do clero católico local, para o qual teria sido estranha a presença de mestres protestantes, ensinando a elite da juventude provincial.

Esse era um paradoxo da época, pois ao mesmo tempo em que o Governo Imperial queria trazer imigrantes, a administração da Colônia não os admitia. Importante citar a influência educacional desses mestres alemães: Professor Becker, diretor do Colégio Lycêo; Professor Burkardt, um intelectual acadêmico muito bem conceituado e, Professor Fritz Müller, que mais tarde tornou-se um renomado naturalista. Após algum tempo o Liceu fechou suas portas como resultado de disputas políticas e religiosas. (DIAS, 2008, p.78).

Essa oposição foi identificada a partir de manuscritos eclesiásticos originais do século XIX, encontrados na Casa da Cultura do Município de São Pedro de Alcântara/SC, produzidos em sua paróquia. Entre os oito manuscritos encontrados, foram selecionados dois: o primeiro manuscrito trata de um documento de absolvição e aceite na comunidade católica, de uma imigrante alemã luterana de 15 anos, chamada Emma Rudolf; o segundo manuscrito trata de um termo de compromisso entre um casal de imigrantes noivos: ele alemão católico, Jacob Geltleicher, ela alemã luterana, Emilia Schubert; com a igreja católica, prometendo seguir e obedecer a suas leis a partir daquele momento, incluindo a conversão da noiva e o batismo de seus futuros filhos.

5 TRANSCRIÇÕES

Utilizando as diretrizes e convenções recomendadas nas Normas Técnicas de Transcrição e Edição de Documentos

Manuscritos, a seguir serão apresentados os critérios empregados e as transcrições dos manuscritos, objetivando padronizar uma apresentação racional e uniforme para melhor compreensão de seu conteúdo informacional.

Para a transcrição foi utilizado um sumário antecedendo cada manuscrito, informando o assunto, local de origem, data, assinatura, relação original/cópia e localização do arquivo.

5.1 Manuscrito 01

Quadro 1 - Transcrição do Manuscrito nº 1	
Resumo	Registro de absolvição e aceite de Emma Rudolf na Igreja Romana Católica Apostólica de São Pedro de Alcantara.
Local de origem	São Pedro de Alcantara/SC
Data	29 de outubro de 1883
Assinatura	Jacob Pies
Autenticidade	Original
Localização do documento	Casa da Cultura de São Pedro de Alcântara/SC.

Fonte: Casa da Cultura de São Pedro de Alcântara/SC.

[fl. 1]

- 1 Emma Rudolf
Recebida na Igreja Romana – *Catholica*. –
Apostolica.
Aos vinte e oito d’Outubro de 1883, na Matriz de São
Pedro de Alcantara, perante mim o abaixo assignado
Vígario
- 5 e as testemunhas Matthias Mueller e Anna Mueller compa-
receu Emma Rudolf, protestante lutherana, agora
moradora
d’esta Còlonia, filha legitima de Pedro Rudolf e Maria N.,
de
idade de 15 annos, e depois de ella ter feito solemne
profissão da

Emma Rudolf
recebida na Igreja Romano-Cath. Apost.

Aos vinte e oito d'Outubro de 1883, na Matriz de São Pedro de Alcântara, perante mim o abaixo assignado Vigario e as testemunhas Matthias Mueller e Anna Mueller compareceu Emma Rudolf, protestante luthericana, agora moradora d'esta Colônia, filha legitima de Pedro Rudolf e Maria N., de idade de 16 annos, e depois de ella ter feito solenne profissão da Fé, segundo a formula prescrita pelo Provmo e Exco. Prelado Diocesano, a absolvi e a recebi no gremio da Santa Madre Igreja Apostolica-Romana, autorizado para este acto do Exmo e Provmo Inter-nuncio Apostolico, por decreto datado de Petropolis, a 9 de Junho de 1883, do que para constar fiz este termo, assignei.

São Pedro de Alcântara aos 29 de Outubro de 1883.

A convertida:
Emma Rudolf.

Jacob Pies, Vigario
encomm. de S. Pedro de Alcânt.

As testemunhas:
Anna Müller

Matthias Müller

Estas assignaturas são verdadeiras.
S. Pedro de Alc. aos 29 de Outubro de 1883.

Jacob Pies, Vigario.

Fonte: Casa da Cultura de São Pedro de Alcântara/SC.

e além disso educar na Fé da mesma Igreja todos os filhos sem excepção e todas as filhas sem excepção, que tiver de meo consorcio com Emilia Schubert da seita protestante-lutherana mui diversa da Igreja Cãtholica Romana, que eu professo.

15 3º Que dou me por avisado da grave obrigação que me incumbe de esforçar-me quanto poder para obter a conversão de Emilia Schubert, futura consorte, para a Religião Cãtholica-Apostolica-Romana. E juro assim de fazel-o segundo os ditames da prudência christã e quanto couber em minhas forças.

4º Que nem agora, nem em tempo nenhum, nem antes, nem depois d'esse meu casamento, que pretendo, nunca me apresentarei para casar-me senão perante sacerdote Cãtholico-Romano, e não
20 perante nenhum ministro de nenhuma outra crença religiosa.

E como Emilia Schubert, minha futura consorte também jura de não impedir-me a profissão de minha religião, antes pelo contrario, de dar-me plena liberdade de pratical-a e de não induzir-me a deixar minha religião para seguir a sua ou outra, e também jura a mesma como eu a respeito da educação da nossa prole e celebração de nosso casamento, mais
25 confio em Deos de cumprir, quanto tenho declarado.

Assim juro e assigno perante as testemunhas que commigo tambem se assignão.

Freguezia de São Pedro de Alcantara, a 4 de Março de 1885.

A rogo de Jacob Geltleichter: *Antonio V. Stein.*

As testemunhas: *Jacob Pedro Schmitt.*

30 *Pedro Steffen*
[fl.2v]

Eu Emilia Schubert

Juro sobre a minha alma e por Deos que invoco e chamo para testemunha do que vou dizer, e pelos *Santos* Evangelhos, em que ponho a minha mão direita:

1° Que nunca impedirei a Jacob Geltleicher, com quem pretendo casar-me, a praticar a religião *Catholica Apostolica* Romana que professa, mas pelo contrario, sempre em todo tempo lhe darei plenissima liberdade de a seguir, exercer e praticar.

2° Que em tempo nenhum nunca induzirei a Jacob Geltleicher, de qualquer modo que seja, a deixar a *Religião Catholica Apostolica* Romana, que elle professa, para seguir a minha ou outra.

3° Que farei Captizar na Igreja *Catholica Apostolica* Romana e além disso educar na Fé da mesma Igrejá todos os filhos sem excepção e todas as filhas sem excepção, que tiver de meu consorcio acima declarado.

4° Que nem agora, nem em tempo algum, nem antes nem depois d'este meu casamento, que pretendo, nunca me apresentarei para casar-me, senão perante o Sacerdote *Catholico-Romano*, conforme ás leis, e não perante nenhum ministro de nenhuma outra crença religiosa.

Assim juro e assigno perante as testemunhas que commigo tambem as assignão.

Freguezia de *São Pedro de Alcantara* a 4 de Março de 1885.

Emilia Schubert

50 As testemunhas: *Antonio V. Stein.*

Jacob Pedro Schmitt.

São verdadeiras todas as firmas supra. Ita in fide Parochi.
= na fé do Pastor

São Pedro de Alcantara, a 4 de Março de 1885.

Jacob Pies, Vígario encomendado

55

¹

[*IMPERIO DO BRAZIL, 200 réis, SELLO*]

¹ Reconheço serem verdadeiras as firmas supra declaradas, e as que são arogo nelle declaradas. E por ser verdadeiro passo o presente que assigno com o meu signal de que uzo.

Em fê. [*selo*] da verdade.

São Pedro de Alcantara. Em 4 de Março de 1885.

O Escrivão da Paz *Pedro Jacob* [*ilegível*]

Eu Emilia Schubert

jurou sobre a minha alma e por Deus que invera e chama para testemunha de
 que vou dizer, e pelos Santos Evangelhos, em que penho a minha mão direita:

1º Que nunca impedirei a Jacob Gelllichthel, com quem puchent casar-me, a pra-
 ticas a religião Cath. Apost. Romana que professa, mas pelo contrario, sempre em todo
 tempo lhe darei pleniissima liberdade de a seguir, exercer e praticar.

2º Que em tempo nenhum nunca induzirei a Jacob Gelllichthel, de qualquer ma-
 do que seja, a deixar a Religião Cath. Ap. Romana que elle professa, para seguir a minha
 ou outra.

3º Que farei baptizar na Igreja Cath. Ap. Romana e além disso educar na Fé da mesma
 Igreja todos os filhos sem excepção e todas as filhas sem excepção, que tiver de meu con-
 sorcio acima declarada.

4º Que nem agora, nem em tempo algum, nem antes nem depois d'este meu casamento,
 que pretendo, nunca me apresentarei para casar-me, sem antes o parecer do Cônego
 lico-Romano, com firme as leis, e não perante nenhum ministro de nenhuma
 outra creança religiosa.

Apresento e assigno perante as testemunhas que commigo haubem as assignas.
 Freguezia de S. Pedro de Alcantara a 4 de Março de 1885.

Emilia Schubert.

As testemunhas: Antonio D. Thom.
 Jacob Pedro Schmitt

Das verdadeiras levas e firmas supra. Ha no fôto Paroch.
 S. Pedro de Alcantara, a 4 de Março de 1885.
 Jacob Reis, Vigario encarregado.

Reconheço e assim reconheço as firmas supraditas e
 as que são aqui nullo d'elles. e por ser verdadeira posso
 e presento que o fugo com meu signal de que sup.

Eu J. da verdade.

L. de M. de S. Pedro de Alcantara, a 4 de Março de 1885.
 O Escrivão da Par. Pedro Jacob Claus

Fonte: Casa da Cultura de São Pedro de Alcântara/SC.

6 ANÁLISE PALEOGRÁFICA

Nesta análise paleográfica foram separadas as palavras grafadas unidas indevidamente e unidas as sílabas ou letras grafadas separadamente, de forma indevida, mas mantendo-se sua ortografia original, sem nenhuma correção gramatical. A transcrição foi feita linha por linha, respeitando a divisão paragrafada original e seguindo o modelo de Translineação, com números sequenciais de cinco em cinco, colocados à margem esquerda. Nos casos em que a linha excedeu a pauta, foi utilizada a pauta imediata, sem numeração. As abreviaturas foram desenvolvidas com grifo itálico e a acentuação e pontuação respeitada conforme o original. Sinais de origem latina foram reproduzidos em desdobramento. Notas de mão-alheia foram indicadas em nota de rodapé. As letras ou palavras ilegíveis foram indicadas entre colchetes pela palavra ilegível grifada itálico. O selo existente foi indicado entre colchetes e grifado itálico. As assinaturas em raso ou por extenso e rubricas foram transcritas em grifo itálico. Como as páginas não estavam numeradas coube ao transcritor numerá-las entre colchetes e com grifo itálico, indicando frente e verso.

Esta análise parte do princípio de informar características peculiares dos manuscritos, ressaltando seus aspectos marcantes. Esses aspectos dividem-se em três tipos: o gráfico, o material e o complementar.

Observa-se que os manuscritos apresentados nesta pesquisa são do mesmo autor sendo que apenas um deles (fl2.v) possui uma nota de mão alheia. Sendo assim, a análise seguinte será feita nas três folhas em conjunto.

6.1 Aspectos Gráficos

Aspectos gráficos analisam o tipo de letra (romana, carolíngia, gótica, humanística) que informa a qual família pertence e à época em que era utilizada; o ductus que estuda o traçado da letra; o peso da escrita; o módulo (tamanho) da letra; o ângulo em relação à pauta (perpendicular tombada à direita ou

esquerda); a relação usual/canonizada (de padrão comum ou seguindo normas de traçado); relação maiúsculo-minúscula (sua disposição no texto); distribuição das palavras (união ou desmembramento de palavras ou sílabas); pontuação; acentuação e por último a numeração romano-arábica (identificando seu uso e tipologia). (ARQUIVO NACIONAL, 1993).

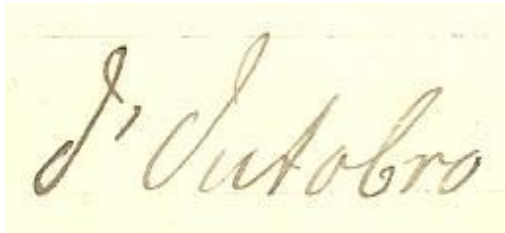
O tipo de letra utilizada nos manuscritos analisados pertence à família da Escrita Humanística Cursiva, que derivou da gótica cursiva italiana e da carolíngia francesa, originou-se em Florença no século XV e é utilizada na contemporaneidade. Possui traçado fino oblíquo à linha inclinando para a direita (o que pode ser notado pelas hastes superiores) e são enlaçadas entre si com separações claras entre cada palavra. Escrita na língua portuguesa possui poucas abreviaturas que são indicadas com grifo itálico. O peso da mão e o tamanho da letra (pequena) são constantes. Quanto à relação usual está escrita segue normas rígidas ou canonizadas por tratar-se de documento eclesiástico. São utilizadas letras maiúsculas e minúsculas nas devidas ordens em que é preciso, como nos dias atuais. A separação silábica é feita da maneira usual e o mesmo acontece para a utilização do sinal nasal “til”, assim como as pontuações ponto final e vírgula. A numeração utilizada é a arábica para indicar idade e data. Esses dados indicam que o autor apresenta grau de instrução e vocabulário controlado em função de sua profissão. Sua escrita é clara e de fácil leitura.

Algumas características devem ser observadas com mais atenção.

- A palavra *Católica*, abreviada, utiliza um acento àtono no lugar do acento agudo e a expressão *de_Outubro*, tem um apóstrofo entre as palavras:

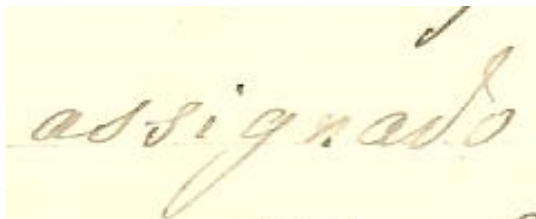


Manuscrito 1 (linha 2)
[Catholica]



Manuscrito 1 (linha 3)
[d'Outubro]

- Aqui a palavra *assinado* tem a letra “G”, comum na escrita latina, e *ela* aparece com 2 letras “L”, o que não é usual nos dias atuais na língua portuguesa:

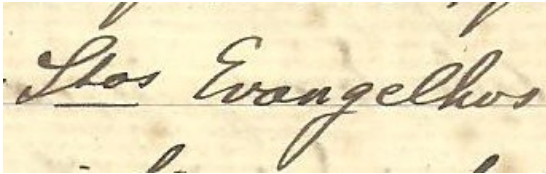


Manuscrito 1 (linha 4)
[assignado]

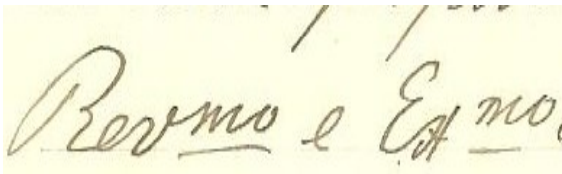


Manuscrito 1 (linha 8)
[ella]

- Algumas abreviaturas aparecem no corpus, mas de fácil interpretação:



Manuscrito 2 (linha 7)
[Santos Evangelhos]



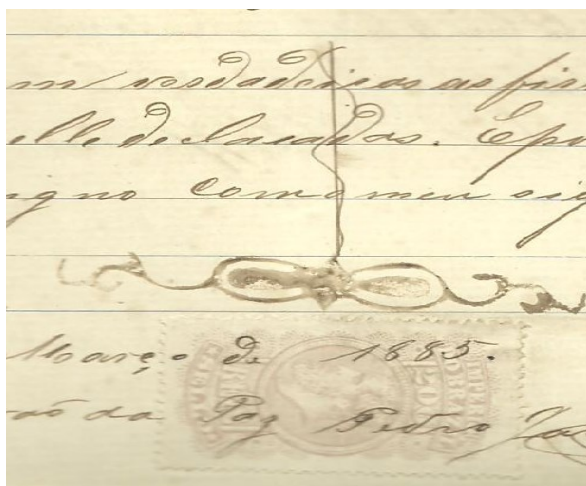
Manuscrito 1 (linha 9)
[Reverendíssimo e Excelentíssimo]

- Observou-se uma notação de mão alheia no verso do manuscrito 2 que apresentou certa dificuldade de compreensão de uma palavra que considerou-se ilegível, no caso a assinatura do próprio autor:



Manuscrito 3 (linha 60)
[ilegível]

- Um selo estampilha pode ser observado no final do manuscrito 3. Seus dizeres impressos e o valor foram feitos entre colchetes e em grifo sublinhado:



Manuscrito 3 (linha 58)
[IMPERIO DO BRAZIL, 200 réis, SELLO]

6.2 Aspectos Materiais

Aspectos materiais pesquisam o suporte da escrita

(tipologia do papel, pergaminho, tábua encerada e outros); o instrumento da escrita (estilete, pincel, pena de ave, pena metálica); a tinta (qualidade, cor, composição); a encadernação; a dimensão e o estado de conservação do documento.

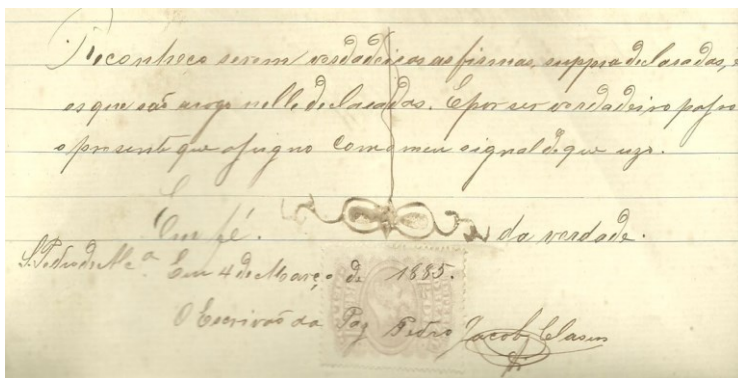
Começando pelo suporte da escrita, os manuscritos feitos em folha de papel pautada medindo 22,2 cm de largura por 32,3 cm de altura, encontram-se em ótimo estado de conservação, possuindo apenas uma coloração amarelada, mas sem corrosões ou deteriorações que o prejudiquem. O instrumento utilizado para a escrita foi pena metálica, pois não apresenta acúmulo de tinta no início das palavras, o que geralmente acontece com a pena de ave. A tinta possivelmente não possuía metais, haja vista que o documento não possui corrosões em seu traçado, uma característica de tintas metaloácidas. Os fôlios encontram-se dentro de uma pasta, separados um a um por sacos plásticos presos à pasta por grampos também de plástico. Apesar de não terem recebido um tratamento arquivístico e paleográfico, os manuscritos estão bem preservados até o momento. A pasta de arquivo fica acondicionada dentro de um armário de madeira e possui em sua capa os títulos: - Conversão protestantes p/ católicos, - Relação cemitérios, - Relação escolas.

6.3 Aspectos Complementares

Aspectos complementares descrevem a época do documento (na ausência de datação o tipo de letra auxilia na pesquisa); origem do documento (local ou procedência); relação autor/escrita (hológrafo, autógrafo ou não autógrafo); relação original/cópia e a localização do arquivo a que pertence.

Os manuscritos foram criados no século XIX, nos anos de 1883 e 1885 (respectivamente os manuscritos 1 e 2), tendo sua origem nas dependências da Igreja Católica de São Pedro de Alcântara. Seu autor foi o Vigário Jacob Pies, o mesmo que assinou todos os manuscritos, portanto trata-se de documentos autógrafos com exceção do último parágrafo do manuscrito 2, fl.2v., que foi redigido pelo Escrivão de Paz Pedro Jacob [*ilegível*]

e transcrito em nota de rodapé como mão alheia, de conformidade com as convenções:



Manuscrito 2 (linhas 55-60)

Os manuscritos apresentados nesta pesquisa são originais e estão custodiados na Casa da Cultura de São Pedro de Alcântara/SC, local onde se encontram diversos documentos também originais sobre vários assuntos que relatam a história desta comunidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após esta análise, pode-se concluir que os objetivos de transcrever manuscritos eclesiásticos do século XIX foram alcançados: conceituar a Paleografia, identificar e contextualizar historicamente o conteúdo dos documentos e analisar os documentos de acordo com os aspectos gráficos, materiais e complementares. Registra a importância dessa técnica, a Paleografia, que traz à tona versões de fatos históricos até então desconhecidos pela sociedade.

Documentos manuscritos abundam em arquivos espalhados pelo mundo que nunca foram tratados, analisados ou se quer pesquisado, contendo informações novas para o conhecimento do passado. O trabalho do paleógrafo é trazer à luz

essas informações, através da aplicação de uma metodologia eficiente disponibilizada nas Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos. Mas esse trabalho vai mais além que a transcrição, é necessário conhecer o contexto em que o documento foi produzido, sua historicidade, suas especificidades, a história da escrita, a evolução dos suportes e instrumentos de escrita e a própria evolução da língua. Paleografia não são somente técnica e prática, é também muito conhecimento teórico e rigorosa investigação.

O presente artigo transcreveu documentos manuscritos eclesiásticos originais, que permanecem guardados na Casa da Cultura de São Pedro de Alcântara/SC, e são testemunhos de uma discriminação religiosa existente na época. Lembrando que em 1861, como citado em tópico anterior, o matrimônio entre protestantes já era legalmente reconhecido e os documentos aqui apresentados são de 1883 e 1885.

Verificou-se durante essa pesquisa que existe pouca bibliografia sobre o assunto e menos ainda de registros documentais do mesmo teor, talvez por falta de serem tratados arquivisticamente seu acesso se torna difícil.

Mas esse trabalho não termina aqui. Espera-se que ele sirva de estímulo para novas pesquisas e investigações, que contribua na disseminação da Paleografia, trazendo à tona novas dimensões antes desconsideradas, como por exemplo, o racismo religioso no século XIX em Santa Catarina, e novas informações para a história catarinense.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos ao professores Dra. Aline Carmes Kruger, Dr. João Klug, Dra. Ursula Blattmann e a Equipe da Casa da Cultura de São Pedro de Alcântara: Daniel Silveira e José Sérgio Flores.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Elias A. Aspectos paleográficos em manuscritos dos séculos XVIII e XIX. **Revista Filologia e Linguística Portuguesa**. São Paulo, n. 10-11, p.149-172, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59820>>. Acesso em: 06 dez. 2016.
- ANDRADE, Elias A. Cotejo de manuscritos do século XIX. Caligrama: **Revista de Estudos Românicos**. Belo Horizonte, v.15, n.2, p.161-187, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/caligrama/article/view/31>>. Acesso em: 07 dez. 2016.
- ANDRADE, Elias A.; DELGADO, Marisa S.L. Estudo Paleográfico de um Manuscrito do Século XVIII – Edições fac-similar e semidiplomática. **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro, CiFEFiL, v. XV, n.5, t.2, p.1743, 2011. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_2/tomo_2.html>. Acesso em: 06 dez. 2016.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. **Publicações Técnicas**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos. **Publicações Técnicas**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 15 nov. 2016.
- BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. 4. ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2012.
- DESCHAMPS, Osvaldo. **São Pedro de Alcântara**: memórias da nossa terra e nossa gente. São Pedro de Alcântara: Ed. Do autor, 2005.
- DIAS, Thiago Cancelier. **Questão Religiosa Catarinense**: As Disputas pelo Direito de Instruir (1843-1864). Florianópolis, 2008. Dissertação (Mestrado) – UFSC/CFH. Programa de Pós-Graduação em História. Disponível em: <<https://pergamum.ufsc.br/pergamum/biblioteca/index.php>>. Acesso em: 25 jan. 2017.
- FACHIN, Phablo R. M. **Descaminhos e Dificuldades**: leitura de manuscritos do século XVIII. Série Diachronica. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2008.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas**: manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 3. ed. aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

FLUSSER, Vilém. **A Escrita**: Há futuro para a escrita? São Paulo: Annablume, 2010.

FRESTON, Paul. Dilemas de naturalização do protestantismo étnico: a igreja luterana no Brasil. **Revista Ciências Humanas**. Florianópolis, v.16, n.24, p.61-73. out.1998.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2008.

JOCHEM, Toni Vidal; ALVES, Débora Bendocchi. **São Pedro de Alcântara: 170 anos depois... 1829 – março – 1999**. São Pedro de Alcântara: Coordenação dos Festejos, 1999.

KLUG, J. Confessionalidade e etnicidade em Santa Catarina: tensões entre luteranos e católicos. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 16, n. 24, p. 111-127, 1998.

KLUG, J. **Imigração e Luteranismo em Santa Catarina**: A comunidade Alemã de Desterro – Florianópolis. Florianópolis: Ed. Papa-Livro, 1994.

KRÜGER, Aline Carmes. O ensino de Paleografia no curso de graduação em Arquivologia da UFSC: um exercício com os documentos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. **Revista Ágora**, Florianópolis, v.24, n.48, p.211-223, jan./jun., 2014. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/483/pdf_41>. Acesso em: 20 jan. 2017.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1990. Disponível em: <<http://memorial.trt11.jus.br/wp-content/uploads/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

PAIVA, Joaquim G. O. **Colonização Alemã de São Pedro de Alcantara**. Florianópolis: Typografia da Liv. Moderna, 1929. (Edição Comemorativa da primeira centenário da colonização alemã em Santa Catarina). Disponível em: <<https://pergamum.ufsc.br/pergamum/biblioteca/index.php>> Acesso em: 30 nov. 2016.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Paleografia, Documentação e Metodologia Histórica**. São Paulo: Humanitas. FFLCH/USP, 2010. (Ccdhal Curso e Eventos. Nova Série n.5)

SAMARA, Eni de Mesquita. **Paleografia e fontes do período colonial brasileiro**. São Paulo: Humanitas. FFLCH/USP, 2005. (Ccdhal Curso e Eventos. Nova Série n.11)

TONIAZZO, Carmem L.; ANDRADE, Elias A.; KRAUSE, M.Margareth C.A. Edição de Manuscritos: Características Paleográficas. **Revista Polifonia**, Cuiabá, v.16, n.19, p.43-58, 2009. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/980/758>>. Acesso em: 06 dez. 2016.

**TRANSCRIPTION AND PALEOGRAPHICAL ANALYSIS:
ECCLESIASTICAL MANUSCRIPTS OF THE 19TH CENTURY THE
GERMAN COLONY OF SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA**

***Abstract:** This article aims to transcribe and analyze through Palaeography ecclesiastical manuscripts archived in 19th-century House of culture of the Municipality of San Pedro de Alcantara, Santa Catarina State, Brazil. To the achievement of that goal was used the comparative method and document the technical standards for Transcription and editing of manuscripts, as well as the bibliographical research, analyzing the aspects, materials and graphics. It presents a brief historical contextualization of writing, of Palaeography and about the place and time when the manuscripts were produced. Three manuscripts are presented numbered by this author, followed by their transcriptions and analyses. It was necessary to know the historical context in which the document was produced. It is concluded that this research is of paramount importance for the understanding of Paleography and history, retrieving and disseminating information.*

***Keywords:** Palaeography. Manuscripts. São Pedro de Alcântara.*

Originals recebidos em: 20/04/2017

Aceito para publicação em: 17/06/2017

Publicado em: 30/06/2017